

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/635	802/2026	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECISÃO

Processo: 5241/2024

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Legalização de operação urbanística

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Pese embora se encontrem suspensos os procedimentos urbanísticos com o início do período de discussão pública da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, publicado em Diário da República através do Aviso n.º 28273/2024/2, de 16 de Dezembro, em conformidade com o Artigo 145.º do RJIGT e Artigo 12.ºA do RJUE, considera-se que poderá ser levantada a suspensão do presente procedimento, pedido de licenciamento ao abrigo do n.º 2 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual,, uma vez que a decisão à luz dos dois planos (em vigor e em discussão pública) é favorável, conforme explanado no parecer jurídico emitido pela Prof.ª Doutora Fernanda Paula Oliveira, comunicado ao serviço pelo Sr. Diretor Municipal, Dr. Zamith Rosas em 06/01/2025.

O projeto apresentado prevê, além da legalização, a realização de obras de demolição e de edificação, encontrando-se, por isso, sujeito a licenciamento nos termos do artigo 4.º, n.º 2 Do RJUE.

Foram apresentados os projetos de especialidades necessários à obra a legalizar de acordo com informação técnica da DPU - Divisão de Procedimentos Urbanísticos Número: 2025-0139 Data: 03 /01/2025, contudo deverão ser incluídos no projeto as obras a edificar, pelo que a presente informação tem como objeto de análise apenas o projeto de Arquitetura.

O projeto de arquitetura apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente no que respeita ao especto exterior, à inserção urbana e paisagística, bem como ao uso proposto, pelo que, nas condições expressas na presente informação e na informação técnica n.º 2025-28048, datada de 24/10/2025, pelo que não se identifica impedimento à sua aprovação.

Propõe-se a submissão do processo à reunião do Executivo Municipal para deliberação, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/397 de 7 de Janeiro de 2026.

RESOLUÇÃO

Defira-se o projeto de Arquitetura nos termos da informação técnica anexa.

Notifique-se o requerente para apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de



licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

Despachos

- A 07/01/2026, na qualidade de Chefe Divisão de Apreciação
Técnica: "Subscrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

